

No lugar do verde, um bairro

Kátia Marsicano

Da equipe do **Correio**

As motosserras não param um minuto. Milhares de árvores do tipo pinus estão sendo derrubadas para dar lugar a mais um setor habitacional, desta vez ao lado do Paranoá, em uma antiga área de reflorestamento. De acordo com o projeto urbanístico da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Suduh), a área de 140 hectares será usada para a construção de 1,6 mil casas e seis prédios residenciais, o suficiente para acomodar 2,8 mil famílias.

Quem passa por perto se assusta com a devastação, mas a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) garante que há estudo de impacto ambiental e licença prévia para a expansão do Paranoá desde o governo anterior. O que falta é aprovação do projeto urbanístico, infra-estrutura e drenagem para que seja dada a licença de instalação do novo assentamento.

Segundo a assessoria da Suduh, o projeto está sendo concluído mas não há previsão de data para a ocupação. O decreto de criação da expansão foi assinado em junho do ano passado pelo governador Joaquim Roriz e a secretária de Habitação, Ivelise Longhi.

Por coincidência, um mês antes cinco mil barracos de inquilinos e sem-teto foram montados na praça principal da cidade. Os invasores exigiam a liberação de áreas para moradia, movimento organizado pelo líder comunitário Pedro César

Lindauro Gomes



MOTOSERRA NA ÁREA QUE DARÁ LUGAR A 1,6 MIL CASAS E PRÉDIOS, PREVISTOS PARA ABRIGAR 2,8 MIL FAMÍLIAS

Ferreira, 44 anos, conhecido como Pedro Barbudo. Pedro é assessor do deputado distrital José Edmar (PMDB), atual presidente da Comissão de Assuntos Fundiários (CAF) da Câmara Legislativa.

Por tratar-se de um setor de reflorestamento pertencente ao antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), um órgão federal, o corte das árvores precisou ser autori-

zado pela representação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no DF.

PREJUÍZO AMBIENTAL

A professora Jeanine Felfilli, do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília (UnB), critica o novo adensamento populacional dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Para-

noá. “A legislação ambiental e a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estão sendo desrespeitadas. APAs devem ter um estudo prévio às ocupações”, diz, referindo-se ao zoneamento ecológico-econômico. O zoneamento é que define se o local pode ser ocupado ou não e quantos habitantes comporta.

Além de Jeanine, o professor de ecologia Paulo Sales, repre-

sentante do Comitê da Bacia do Paranoá, lembra que a derrubada vai deixar o solo exposto a erosões. “A construção de casas impermeabiliza a terra, impedindo que haja recarga do lençol freático”, completa. Em locais muito urbanizados, a água da chuva não consegue penetrar no solo, prejudicando o abastecimento do subsolo.

Hoje, a APA do Paranoá e sua bacia hidrográfica não escondem os sinais de que estão sendo maltratadas. O estado dos mananciais é uma das evidências. Por causa do assoreamento dos córregos, o lago Paranoá já perdeu 2.300.000 metros quadrados da área original (o equivalente a cerca de 213 campos de futebol). Levantamento da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) constatou que 5.147 hectares da bacia são espaço urbano e 665 hectares são áreas de solo exposto e áreas degradadas — que podem aumentar ainda mais com a criação de novos setores habitacionais na região.

O subsecretário de Meio Ambiente Fernando Fonseca, coordenador do Projeto de Sustentabilidade do Lago Paranoá, diz que não há com que se preocupar. “A expansão do Paranoá, assim como outros setores habitacionais previstos (Dom Bosco e Taquari, por exemplo), ainda está dentro dos limites habitacionais que a região pode acomodar”, explica. Para compensar a expansão urbana, o GDF pretende criar perto do Paranoá o chamado Parque dos Pinheiros, unidade de conservação com 437 hectares.